



## DIÁLOGOS ENTRE A ACADEMIA, PODER PÚBLICO E O MOVIMENTO LGBT NO ABC PAULISTA

Tatyane Estrela<sup>1</sup>

**Resumo:** Com base numa pesquisa que trata da formação e atuação de entidades de representação LGBT no ABC paulista e os impactos na formulação de políticas públicas, buscou-se verificar como o debate teórico sobre as questões de diversidade de gênero e sexual realizado pela academia, tem contribuído para a problematização das práticas destes grupos ativistas e para a articulação de suas demandas junto ao poder público. Para tanto, são apresentadas conceituações sobre diversidade de gênero e sexual, identidade, comunidade e políticas públicas; um breve panorama dessas organizações; como participam na formulação de políticas públicas, e como a academia tem contribuído para as atividades delas.

**Palavras-chave:** movimento LGBT, ABC paulista, diálogos.

### INTRODUÇÃO

Tendo como base uma pesquisa que trata da formação e atuação de entidades de representação LGBT no ABC paulista e os impactos na formulação de políticas públicas, buscou-se verificar como o debate teórico sobre as questões de diversidade de gênero e sexual realizado pela academia tem conseguido contribuir para a problematização das práticas destes grupos ativistas e para a articulação de suas demandas junto ao poder público. A partir de conceituações teóricas sobre diversidade de gênero e sexual, identidade, comunidade e políticas públicas, buscou-se apresentar um breve panorama dessas organizações e como participam na formulação de políticas públicas, seja por meio de conferências de políticas públicas, intervenções públicas de reivindicação ou mesmo atuando junto ao poder público pautando e gerindo as políticas públicas. Pensar a busca de direitos e espaços políticos que permitam a visibilização e participação social de minorias a partir de uma perspectiva pós-identitária é fundamental se quisermos superar a criação de novos preconceitos e de estereótipos que acabam por aprisionar os indivíduos dentro de estruturas identitárias rígidas e que são incapazes de dar conta da fluidez e das mutações pelas quais as pessoas passam na

---

<sup>1</sup>Bolsista de iniciação científica do PIBIC/CNPQ e estudante do Bacharelado em Ciências e Humanidades na Universidade Federal do ABC. E-mail: estrela.tatyane@gmail.com.

contemporaneidade. É na busca da reflexão crítica que procura aproximar o rigor teórico das recentes discussões sobre diversidade de gênero e sexual e a luta política realizada pelo movimento LGBT, que este trabalho busca apresentar problematizações que apontem impasses e possibilidades de atuação e possíveis consequências que podem ser geradas a partir de posições e ações que apenas reproduzem práticas políticas intolerantes, que nada ou pouco contribuem para o alcance dos direitos pelos quais a comunidade LGBT vem lutado nas últimas décadas.

## **PROBLEMAS EM TORNO DAS NOÇÕES DE IDENTIDADE E COMUNIDADE**

Entendo a questão da identidade, como central nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero. Questiono o quão problemáticas são as identidades construídas na comunidade LGBT, inclusive a “sopa de letrinhas”, que permite a realização de novas identidades para além do binarismo heterossexual, mas que com o tempo, tendem a se solidificar e criar novos padrões e uma normatividade conflitante com um ambiente de fragmentação e transitoriedade dos sujeitos.

A partir de Nietzsche (2005), em sua obra Além do bem e do mal, me parece ser possível questionar uma certa ideia de identidade, que pressupõe um indivíduo definido e uma certa “verdade” sobre sua existência e seus atributos. Seus questionamentos sobre a precariedade das verdades e a necessidade de consciência da provisoriedade e da perspectividade das identidades, são de extrema relevância para a construção de políticas que radicalizem a crítica às identidades fixas. É na superação destas verdades, que se pode chegar à indiferença, indiferença que nos leve a levar em conta @ outr@, apesar de sua “não conformidade” à um ou outro padrão ou norma de identidade de gênero ou sexual. É urgente, reafirmar a lutar contra o dogmatismo que as “verdades” são capazes de criar. Observar a discussão nietzschiana sobre verdade e dogmatismo pode contribuir para a reflexão em torno das lutas políticas da contemporaneidade, e para se repensar as ferramentas teóricas que possibilitem a superação duma política de identidades (femininas, lésbicas, gays, transgêneras), que minimiza as complexidades em torno das identidades. Além disso, pode ajudar a repensar o problema do dogmatismo e da intolerância que surge com as novas identidades fixas, que acabam reproduzindo discriminações e preconceitos, e gerando deslocamentos entre os entes que sofrem tais ações.

Bauman, cita a mudança na ideia identidade no projeto moderno, de uma identidade herdada ou atribuída para uma realizável, sem haver uma preocupação em se opor a ideia de identidade em si, apenas a colocando como uma responsabilidade do indivíduo (BAUMAN, 1998, p.30). Dada a vulnerabilidade e solidão que os indivíduos enfrentam no processo de construção de identidades, eles buscam comunidades “cabides”, onde possam “... pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos” (BAUMAN, 2003, p.21). É neste processo de construção de identidades individuais, que surgem as novas comunidades. E entendo serem marcas da “comunidade LGBT”, a pluralidade de interesses e demandas, a fragilidade, transitoriedade e complexidade geradas pela multiplicidade de identidades que busca aglutinar e que muitas vezes são simplificadas e reduzidas pela política de identidades que busca legitimar e dar visibilidade à população LGBT. Se por um lado é necessária uma crítica radical ao conceito de identidade e a um certo grau de “verdade”, dogmatismo e normatividade que ele carrega, por outro é preciso perceber como ele se reconfigura na contemporaneidade, a partir de identidades individuais transitórias e interligado à noção de comunidade cabide proposta por Bauman.

Neste panorama reflexivo, a teoria queer, é bastante adequada para repensar a diversidade de gênero e sexual num perspectiva pós-identitária. LOURO (2001), expõe algumas tensões e estratégias d@s teóric@s queer:

“Os/as teóricos/as queer constituem um agrupamento diverso que mostra importantes desacordos e divergências. Não obstante, eles/elas compartilham alguns compromissos amplos – em particular, apóiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa e na desconstrução como um método de crítica literária e social; põem em ação, de forma decisiva, categorias e perspectivas psicanalíticas; são favoráveis a uma estratégia descentrada ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes” (LOURO, 2001, p.546-547).

Esse caráter desestruturante, descentrador, crítico e interpretativo da análise das práticas sociais a partir de uma perspectiva queer, aponta para a ficcionalidade e perspectividade das construções sociais e de como as categorias de análise: gênero, identidade, comunidade e diversidade, devem ser problematizadas e complexificadas

para que possa dar conta das questões do movimento LGBT, da teorização em torno de diversidade de gênero e sexual e das ações políticas dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Nesta direção, Butler (2010), com sua noção de performatividade de gênero, nos coloca que atos e atributos do gênero são performativos e como isso impacta a ideia de identidade de gênero:

“não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora” (BUTLER, 2010, p.201).

As ideias de ficção reguladora e de performatividade podem contribuir para a reflexão em torno dos conceitos de identidade e comunidade e reafirmam o caráter crítico e desestruturador que possuem as teorias queer. No próximo tópico, será exposto como tais conceitos dialogam com as políticas públicas voltadas à população LGBT.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS**

Na alvorada do século XXI, reformulações nas estruturas do Estado, fizeram emergir novos conceitos e estratégias de operação do governo. Cada vez mais descentralizadas, articuladas e participativas, essas ações buscam incorporar o conceito de cidadania e do direito a ter direitos. É neste contexto de reestruturação do Estado, que as políticas públicas para a população LGBT são pautadas, formuladas e geridas.

Para SOUZA (2006), política pública é o campo de conhecimento que busca levar o governo à ação, analisar essa ação e criar propostas de alterações dessas ações. Na formulação das políticas públicas, com base em seus programas políticos, os governos democráticos criam programas e ações visando produzir mudanças na realidade (SOUZA, 2006, p. 26).

Uma característica que tem marcado a formulação e execução de políticas públicas no Brasil, nos últimos anos, tem sido a ativa participação dos movimentos sociais e organizações não governamentais, inclusive voltados à população LGBT. Tal participação tem ocorrido, por meio da realização de conferências de políticas públicas setoriais (Educação, Saúde, LGBT etc) e por meio da execução das políticas públicas

por entidades que atuam em setores específicos: DST AIDS, acolhimento da população LGBT vulnerável, educação profissionalizante LGBT entre outros.

Por influência de organismos internacionais, compromissos assumidos por partidos ou mesmo por necessidades colocadas pelas constituições, governos têm buscado implementar políticas públicas de forma participativa, inserindo grupos sociais antes marginalizados e os colocando como agente ativos na formulação e acompanhamento das políticas públicas, em especial as políticas sociais (SOUZA, 2006, p. 38).

Para além das políticas tradicionais do Estado, a atuação dos movimentos sociais tem trazido novas questões em relação à ideia de direito. Neste sentido, Dagnino (1994), coloca a ideia do direito a ter direitos. Concepção que não se restringe à direitos já definidos, mas a criação constante de novos direitos específicos para grupos que passam a atuar mais ativamente da esfera pública e passam a exigir direito à moradia, proteção ambiental, autonomia em relação ao corpo, à igualdade e à diferença (DAGNINO, 1994, p. 104-105). Neste contexto, o direito à vivência das sexualidades, consideradas “desviantes” por grupos conservadores, e os direitos reprodutivos, passam a ser reivindicados pelo movimento LGBT e de mulheres, como direitos a serem não só garantidas pelo Estado, mas construídos e legitimados por meio da implementação de políticas públicas.

Tal abertura participativa e acolhimento de novos direitos, traz consigo tensões e disputas de poder, seja por meio de um embate cada vez mais ferrenho com a crescente bancada religiosa que tem ocupado as casas legislativas do país, ou mesmo por meio da produção de narrativas que demonizam e buscam deslegitimar estes novos direitos.

Como as entidades de representação LGBT do ABC paulista têm atuado em prol da garantia de direitos e no combate à violência contra a população LGBT? Quais tem sido as estratégias de atuação junto ao poder público local? Qual tem sido a participação da UFABC – Universidade Federal do ABC junto ao movimento LGBT local? Essas são questões que serão respondidas nos próximos tópicos.

## **CONSTRUINDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT NO ABC PAULISTA**

Como estratégia de pesquisa, busquei participar dos eventos de construção de políticas públicas para a população LGBT a partir da região do ABC. Num primeiro momento, atuei como delegada na I Conferência Regional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT do Grande ABC, realizada em 21 de agosto de 2011. Participei nas discussões de propostas de políticas públicas do eixo 2 – Educação, Cultura e Mídia.

Neste evento regional, pude perceber a dificuldade em coordenar ações e em realizar propostas que levassem em conta às recentes discussões teóricas em relação à diversidade sexual e de gênero. Pautei a necessidade de flexão do gênero na escrita das propostas, como forma de evidenciar e expor a constante exclusão linguística em relação às mulheres. Pedido que foi acatado pela mesa diretora da conferência. Das entidades participantes e outr@s membr@s da sociedade civil, ficou clara a posição de se criarem propostas que pudessem ser operacionalizadas pelo governo e não fossem barradas na conferência Estadual e Nacional, que seriam instâncias posteriores de formulação das propostas. Outro detalhe digno de nota, foi a dificuldade em lidar com os termos técnicos burocráticos e na formulação de textos, ocorrendo alguns erros quanto a quem deveria executar uma ou outra ação do plano que estava sendo elaborado. Discordâncias quanto à efetividade de uma outra ação eram presentes, e percebi que a experiência prática de execução e acompanhamento das ações por parte das entidades foi algo fundamental na elaboração do plano.

Para a conferência estadual, foi necessário realizar uma inscrição junto à uma Comissão Organizadora Estadual, que se pautou na escolha de candidat@s priorizando recortes como orientação sexual, gênero e identidade de gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, populações tradicionais e população em situação de rua. Aprovada, participei de 28 a 30 de outubro de 2011, como delegada na II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de São Paulo. Tal conferência tinha por objetivo criar o Plano Estadual de Combate à Homofobia e Promoção dos Direitos LGBT e enviar propostas para o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, ambos com vigência para os próximos anos. Atuei nas discussões de propostas de políticas públicas do eixo IV – Educação, Ciência e Tecnologia e na

plenária final, onde as propostas dos diversos eixos foram referendadas. Num ambiente de disputa de poder a articulação política que reunia entidades de representação LGBT (sociedade civil) e o poder público do estado de São Paulo, pude perceber um outro nível de discussão. Grupos mais qualificados burocraticamente e organizados em bloco disputavam as pautas da conferência. Neste evento, soube da existência e conheci as redes que atuavam com as políticas públicas LGBT no Estado de São Paulo: Aliança Paulista LGBT, Fórum Paulista LGBT, Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, Conexão Paulista LGBT e Fórum Paulista da Juventude LGBT. Também percebi um maior grau de divisão partidária no movimento, sendo o governo do PSDB responsável pela Coordenação para Política de diversidade sexual do Estado de São Paulo e pela comissão organizadora da conferência e outros partidos oposição ao governo. Tal observação é importante, para destacar as leituras conflitantes que podem ser feitas em relação à qualidade das políticas públicas implementadas estadualmente e como os grupos disputavam de forma acirrada a ocupação de espaços de poder na máquina pública estadual. Tal situação gerou inclusive o impasse quanto à composição do Conselho Estadual LGBT de São Paulo e houve uma deliberação para que o mesmo tenha votação direta. Proposta que apoiei, por entender ser necessária a ampliação da participação na disputa por espaços de poder, inclusive para as pessoas que atuam de forma independente. Novamente pautei a necessidade de flexão do gênero na escrita das propostas, como forma de evidenciar e expor a constante exclusão linguística em relação às mulheres. Pedido que foi bem recebido pelo público e acatado pela mesa diretora da conferência.

Não foi possível participar na II Conferência Nacional LGBT. O processo de seleção dependia da articulação política interna ao movimento e da formação de chapas pelos grupos interessados. Posteriormente foi enviado pedido de participação como convidada no evento, sendo que os custos de viagem seriam por minha conta. Infelizmente não houve a aceitação sobre a alegação de falta de vagas até mesmo para @s convidad@s. Terminava em São Paulo a minha participação direta na construção das políticas públicas voltadas à população LGBT que seriam levadas aos governo no ano de 2011. Mas não o trabalho de diálogo com as entidades de representação LGBT no ABC. Que agora seria feita por meio do projeto de extensão: Diversidades em Performances.

## **UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA AS DIVERSIDADES: DIVERSIDADES EM PERFORMANCES**

O projeto de extensão Diversidades em Performances, executado a partir do grupo de pesquisa ABC DAS DIVERSIDADES, da UFABC – Universidade Federal do ABC, tem buscado trabalhar as questões das diversidades (étnicas, culturais, de gênero e sexual etc). Para tanto, tem realizado encontros, no ano de 2012, entre ativistas, agentes do poder público e membr@s da comunidade local para trazer discussões sobre novas cidadanias culturais e direitos das populações historicamente marginalizadas. A busca da resignificação de práticas e valores, e da problematização das identidades tem sido alguns de seus objetivos. Numa perspectiva transdisciplinar e não hierarquizada de saberes, tem feito uso de linguagens acadêmicas e artísticas e mantido o diálogo com os movimentos sociais da região e com o poder público local.

Foi realizado um evento em 08 de março, no qual a gestora de políticas para as mulheres de São Bernardo do Campo, membras de ONGs de proteção à mulher contra a violência doméstica, entre outr@s, discutiram: o papel das mulheres na sociedade contemporânea. Uma exposição de fotos, projeção de frases e poesias, além de uma atividade de estêncil com figuras em homenagem ao dia internacional da mulher, foram realizadas como forma de integrar @s participantes e buscar criar um espaço que consiga transpor a mera discussão teórica das questões de gênero.

Num segundo momento, foram programadas atividades com a ONG ABCD'S, que realiza anualmente os 45 dias de atividades LGBT, mas que infelizmente não foram realizadas devido à um incidente de violência contra o presidente da ONG e organizador das atividades. A mesma ONG, que me concedeu o prêmio Divas, premiação que é uma homenagem a quem luta em prol da cidadania LGBT, tem suas atividades prejudicadas devido à violência homofóbica. Outras ações estão planejadas até o final do ano, como as discussões em torno de gênero e etnicidades, violências e práticas discriminatórias e políticas públicas setoriais para a população LGBT. As atividades de pesquisa-extensão do projeto serão registradas e publicadas na forma de livro. A seguir são apresentadas as três entidades de representação LGBT no ABC que foram pesquisadas.



## **ALGUMAS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO LGBT NO ABC**

Foram selecionadas entidades de representação LGBT, que possuem visibilidade na mídia local e na internet, por meio de blogs, sites próprios ou mesmo divulgação de suas ações em vários portais voltados ao público LGBT. As entidades selecionadas: 1 - ONG ABCD'S – Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual – Santo André, 2 - GAD – Grupo de Apoio à Diversidade – Ribeirão Pires e 3 - ONG Viva a Diversidade LGBT – Diadema. Segue breve descrição dessas entidades e suas atividades, com base no que há de publicado, seja em sites próprios ou na mídia.

### **ONG ABCD's – AÇÃO BROTAR PELA CIDADANIA E DIVERSIDADE SEXUAL – SANTO ANDRÉ**

No site da entidade ABCD'S – Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual, consta como data de fundação, 29 de dezembro de 2004 e tem como definição ser uma Organização Não Governamental de natureza filantrópica, sem filiação partidária ou religiosa que busca sensibilizar a sociedade sobre questões da população GLBTT, promovendo a inclusão social. É relevante destacar a visão apresentada no site, de ter uma cidade digna, sem preconceito, atos de discriminação e homofobia.

Quanto a sua missão enumera uma lista de propostas de atuação, entre elas o enfoque na garantia de direitos, a aplicação da legislação existente em relação ao preconceito, criação de novas leis municipais para a população LGBT, dar atenção às necessidades da comunidade e buscar atendê-las, realizar formação por meio de cursos e eventos, levar o ecumenismo à comunidade LGBT, tratar as questões de saúde e dependência química, buscar parceria com a Defesa Civil, prestar serviço à comunidade em geral, discussões em relação às agressões contra a vida e por fim, “Levar para a comunidade palavras de FÉ, LUTA, RESPEITO, HONESTIDADE, ESPERANÇA, DIGNIDADE, VISIBILIDADE E ACIMA DE TUDO DE VIDA PLENA EM ABUNDANCIA”.

Diante das propostas, pode-se perceber as necessidades de acolhimento, que na visão da entidade precisam ser realizadas, bem como um trabalho que extrapole as questões de diversidade de gênero e sexual. Nesse sentido a busca da cidadania é apresentada como a integração social e a convivência livre de preconceitos. Serviços terapêuticos, tais como os de psicólogos, são oferecidos aos associados, além da

divulgação de vagas de empregos, notícias específicas da comunidade LGBT e diversos eventos.

Segundo o site [homosexualidade.net](http://homosexualidade.net), em artigo denominado “Ação Brotar para a Cidadania da Diversidade Sexual realizará a 3º Sessão Solene em Santo André”, a Câmara Municipal de Santo André, em parceria com a ABCD'S e com o apoio da Prefeitura de Santo André, realizaria em 30 de junho de 2009, sessão que prestigiaria pessoas da comunidade LGBT que têm destaque no combate a homofobia. Tal informação, demonstra a importância dessa entidade e sua relação com o poder público local. Foram encontradas diversas reportagens que citam a atuação da entidade e sua participação na organização do mês de orgulho LGBT.

De acordo com o tópico “Skinheads voltam a atacar jovens no ABC”, de 29/07/2008 da comunidade do Orkut denominada “Homofobia Zero”, um grupo de jovens, entre eles, membros da comunidade LGBT, foi atacado por grupos skinheads em frente ao Shopping ABC. A ONG ABCD'S acionou o poder público por meio de denúncias encaminhadas para o Centro de Referência de Combate à Homofobia, Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo, Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e à Assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública.

Num portal da internet de grande impacto junto à comunidade LGBT, denominado G Online, a notícia “SP: ONG pede que autoridades se mobilizem para evitar ataques a gays no ABC” divulga a ocorrência e a atuação da ONG. O que é mais um exemplo de visibilidade da entidade perante os meios de comunicação, principalmente a internet por meio de sites, blogs e redes sociais.

Em outro portal, denominado Athos GLS, em 06/12/2007 é publicada matéria que cita o recebimento de menção honrosa honrosa do Prêmio Municipal em Direitos Humanos, na categoria “Ações Afirmativas em Defesa da Cidadania” de Santo André, pela ONG ABCD'S devido a sua atuação no combate a homofobia. Em perfil do Orkut, denominado “29 de maio de 2011 -VII”, que divulga a VII parada do orgulho LGBT de Santo André, é feita uma descrição histórica da atuação do grupo de 2004 até o ano de 2010. Parte dos eventos citados podem ser verificados na divulgação da mídia local.

## **GAD – GRUPO DE APOIO À DIVERSIDADE – RIBEIRÃO PIRES**

No blog da entidade [gad-abc.blogspot.com](http://gad-abc.blogspot.com), há a apresentação dos dados da entidade, divulgação de oficinas, legislação entre outros. De acordo com as informações do blog, o GAD – Grupo de Apoio à Diversidade, existe desde 2005 e em 2009 elegeu Wagner Lima, do município de Rio Grande da Serra, como presidente. É formado por três grupos: NACD – Núcleo de Acolhimento e Conscientização à Diversidade Sexual de Ribeirão Pires; GIRD – Grupo Integração e Respeito à Diversidade de Rio Grande da Serra; e Mauads – Movimento de Auxílio, União e Apoio à Diversidade Sexual de Mauá. A descrição de metas propõe a inclusão da população LGBT em diversos setores, como Educação, Saúde, Segurança Pública, Cultura, além da inserção no mercado de trabalho. Uma colocação interessante retirada do site do GAD é a frase “Não levantamos bandeiras, apenas defendemos o direito de todos, sem discriminação de raça, cor, opção sexual ou religiosa”, que sugere que os movimentos de luta por direitos LGBT's, buscam não a segregação ou direitos especiais em relação a população em geral, mas que esses grupos incluídos e respeitados na sociedade. Seja por meio de uma legislação que promova a inclusão e proteção deles e pela formulação de políticas públicas que atendam as demandas desses grupos sociais.

Notícia do portal da Prefeitura de Ribeirão Pires, com o título: “Ribeirão Pires sedia Encontro Regional da Comunidade LGBT”, faz uma breve descrição do GAD – Grupo de Apoio à Diversidade e sua parceria com a Prefeitura. Esta cita que o GAD trabalha em parceria com a Prefeitura de Ribeirão Pires, por meio da Secretaria de Promoção Social, que mantêm um coordenador para tratar de assuntos e projetos voltados à comunidade LGBT.

## **ONG VIVA A DIVERSIDADE LGBT – DIADEMA**

Segundo dados do blog [vivadiversidade.zip.net](http://vivadiversidade.zip.net) e da comunidade no Orkut denominada Viva Diversidade, a Associação Viva a Diversidade GLBTT “Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros”, fundada em 2005, em Diadema, atua como uma organização da sociedade civil em defesa da diversidade sexual. Têm na descrição de sua missão a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça direitos iguais para todos.

A colocação na página inicial da comunidade do orkut: “Não precisa ser somente homo, bi, travesti ou trans para participar da Comunidade, basta ter o coração e mente aberta para a Diversidade... pois afinal, a diferença é igual!!”, sugere uma postura de atuação voltada a diversidade, pluralidade de visões, ao invés de uma atuação segregacionista ou de enaltecimento das condições LGBT. Sobre as falas produzidas atualmente no movimento LGBT, será abordado em momento oportuno um histórico com as características dos movimentos em diversos momentos e as relações com contextos diferentes. É interessante frisar, que na página da comunidade do Orkut da entidade, existe a observação “proibido: joguinhos”, o que demonstra uma forma de tentar controlar ações e falas que se distanciem da seriedade desejada pela entidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Devido a participação nos eventos de políticas públicas LGBT em 2011 e grande contato com as entidades já apresentadas, fui convidada para participar da formação de uma comissão LGBT dentro do Consórcio Intermunicipal do ABC. Tenho buscado problematizar as formas de atuação política das entidades e do movimento LGBT no ABC, de modo a levar as discussões mais recentes da academia em relação à essas temáticas.

A linguagem e uso de termos identitários têm sido problematizados à luz das reflexões propostas por Judith Butler, que busca demonstrar a ficcionalidade das identidades de gênero e como podem ser flexionadas de modo a permitir a luta pela garantia de direitos e ao mesmo tempo, a desconstrução das identidades sexuais e de gênero binárias que muitas vezes são reproduzidas no seio do movimento LGBT.

Atuar junto aos movimentos sociais numa atividade de pesquisa exige não somente a observação mas a participação contínua nas atividades realizadas. Tal atuação, ao meu ver, não deve se reduzir ao apoio ao movimento LGBT de forma passiva, mas o compromisso em promover um diálogo transdisciplinar, no qual ocorrem trocas de saberes e diálogos entre as entidades, o poder público e a comunidade acadêmica. Há uma preocupação metodológica de organizar as ações em prol do reconhecimento de possibilidades e impasses do movimento LGBT no ABC e o cuidado para não colocar a pesquisa em prol dos interesses dos grupos ativistas pesquisados.

Numa perspectiva teórica queer, onde as noções de identidade, comunidade e de gênero, são radicalmente problematizadas, são geradas mais perguntas do que as

desejáveis respostas. Como enfrentar o problema da identidade em si? Como articular identidades individuais que se agregam em comunidades cabides por um curto espaço de tempo? Ainda é uma estratégia interessante, o uso da política de identidade para a garantia de direitos? Como lidar com os grupos que produzem narrativas e discursos intolerantes, deslegitimadores e de ódio contra a população LGBT? Quais seriam estratégias de aproximação da academia e das entidades LGBT que permitissem um maior grau de crítica e reflexividade para ambas? Qual o grau efetivo de participação das entidades nas políticas públicas e quais tem sido os problemas que têm dificultado a legitimação dos direitos já amplamente discutidos e pautados pelo movimento LGBT? Até que ponto, as entidades estão preparadas para participar da formulação de políticas públicas e estruturadas para levar adiante as demandas que lhes são levadas? São algumas questões que surgiram no decorrer deste trabalho, e as coloco como problemas a serem abordados com mais profundidade, em prol de uma teorização mais complexa e abrangente das questões relacionadas à diversidade de gênero e sexual e da construção de estratégias políticas mais efetivas de legitimação da comunidade LGBT na vida pública brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCD'S – Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual. Disponível em: <http://www.ongabcs.blogspot.com.br/>. Acesso em 13/12/2011.

Athos GLS - **Ong ABCD'S recebe Menção Honrosa.** Disponível em: [http://www.athosgls.com.br/noticias\\_visualiza.php?contcod=22212](http://www.athosgls.com.br/noticias_visualiza.php?contcod=22212). Acesso em 19/04/2011.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania.** In: \_\_\_\_\_. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-118.

GAD – Grupo de Apoio à Diversidade. Disponível em: <http://gad-abc.blogspot.com/>. Acesso em 18/04/2011.

G Online - SP: **ONG pede que autoridades se mobilizem para evitar ataques a gays no ABC.** Disponível em: [http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews\\_noticia\\_20983.htm](http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews_noticia_20983.htm). Acesso em 26/04/2011.

Homossexualidade.net - **Ação Brotar para a Cidadania da Diversidade Sexual realizará a 3ª Sessão Solene em Santo André.** Disponível em: <http://homossexualidade.net/movimento-homossexual/acaobrotar-para-a-cidadania-da-diversidade-sexual-realizara-a-3%C2%BA-sessao-solene-em-santo-andre/>. Acesso em 12/04/2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a Educação.** Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras (Cia. de Bolso), 2005.

Prefeitura de Ribeirão Pires - **Ribeirão Pires sedia Encontro Regional da Comunidade LGBT.** Disponível em: <http://www.ribeiraopires.sp.gov.br/noticias.php?id=1697>. Acesso em 19/04/2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006, p. 20-45.

**Viva a Diversidade LGBT.** Disponível em: <http://vivadiversidade.zip.net>. Acesso em 21/04/2011.

**Viva Diversidade – Comunidade do orkut.** Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=16589730>. Acesso em 19/04/2011.

**29 de maio de 2011 - VII - Perfil do Orkut.** Disponível em:  
<http://www.orkut.com.br/Main#Profile?uid=1710335167996932141>. Acesso em  
21/04/2011.